

Demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em **31 de dezembro de 2021.**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Campinas, 31 de março de 2022.

AO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Prezados Senhores:

A **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“HPGM DTVM”)**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.470.647/0001-61, neste ato representada na forma de seu contrato social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o balanço data base de 31 de dezembro de 2021, e os esclarecimentos requeridos por força da Instrução Normativa 54, de 07 de dezembro de 2020 do Banco Central do Brasil.

1 – Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da administração;
- Relatório do auditor independente;
- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Notas explicativas às demonstrações contábeis.

2 – Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram disponibilizadas no dia 31 de março de 2022, no sítio eletrônico:

<https://hedgepointglobal.com/pt-br/quem-somos/>

3 – Por fim cumpre salientar que a alta administração da **“HPGM DTVM”** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

SÉRGIO RAMOS LENHARO
Diretor Financeiro

MAINE KURATOMI NAKAGAWA
Contadora CRC – 1SP 296143/O-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis da **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“HPGM DTVM”)** do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

Negócios: Em 2017, como parte da estratégia de expansão de seu portfólio de produtos e serviços financeiros e também com o objetivo de dinamizar o relacionamento com clientes e contrapartes já existentes no mercado físico de commodities, o grupo ED&F Man Capital Markets apresentou pleito de constituição e autorização para funcionamento de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em atendimento ao pleito realizado, em ofício datado em 09 de setembro de 2019 o Banco Central do Brasil emitiu parecer favorável à sua constituição e, posteriormente, em ofício datado em 03 de março de 2020, comunicou a constatação da compatibilidade da estrutura organizacional apresentada. Em 1º de abril de 2020, foi publicado em Diário Oficial a aprovação para funcionamento com capital social de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais).

Em 03 de novembro de 2020, conforme Contrato de Trespasse, a ED&F Man Brasil S/A. – CNPJ 35.829.068/0001-62, com sede na Rua Surubim, 577, 4º Andar, Conjuntos Comerciais 41 e 42 (parte), Cidade Monções, Cidade e Estado de São Paulo, Cep. 04571-050 alienou à ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – CNPJ. 35.470.647/0001-61, com sede na Avenida José de Souza Campos, 507, 9º Andar, Cambuí, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep. 13025-320, o complexo de ativos fixos, empregados e contas, dentre outros, todos referentes ao estabelecimento da ED&F Man Brasil S/A. localizado na Avenida José de Souza Campos, 507, 9º Andar, Cambuí, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep. 13025-320, CNPJ. 35.829.068/0011-34. Extrato publicado no Diário Oficial Empresarial em 11 de novembro de 2020.

Em 26 de outubro de 2020 foi protocolado o Requerimento de Autorização para Alteração de Controle Societário por meio do Protocolo Digital sob Número Único de Protocolo 18600.067705/2020-65. Em 28 de julho de 2021, através do Ofício 16408/2021-BCB/GTSP1, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle da Sociedade, condicionada a efetivo fechamento da operação nos termos contratados. Em 1º de dezembro de 2021, foi publicado em Diário Oficial – Edição: 225 – a aprovação de Transferência do Controle Societário para Brent William De Jong, bem como a alteração da denominação social de ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Adequação das operações aos objetivos estratégicos: Em concordância com o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central, com 1 ano e 9 meses de atividade após a

autorização para funcionamento, a “**HPGM DTVM**” segue desenvolvendo sua estrutura operacional para realização das operações descritas no Plano de Negócios de acordo com seus objetivos estratégicos e em conformidade com a Resolução nº 4.122/12 do CMN.

Desempenho: No exercício, a “**HPGM DTVM**” apresentou um lucro de R\$ 1.862 mil.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Building a better
working world

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores da
Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Campinas/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábeis da Hedgepoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de março de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP.034519/O-F



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC-SP3-1194/O-9

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Ativos circulante		20.182	12.593
<i>Disponibilidades</i>	4.a	151	905
<i>Instrumentos financeiros</i>	4.b	17.550	7.182
<i>Ativos fiscais correntes e diferidos</i>		8	-
<i>Outros ativos</i>		341	2.696
<i>Rendas a receber</i>		-	2.386
<i>Diversos</i>		134	291
<i>Despesas antecipadas</i>		207	19
<i>Imobilizado de uso</i>	5.a	2.660	1.876
<i>Intangível</i>	5.a	212	-
<i>(-) Depreciações e amortizações acumuladas</i>		(740)	(66)
<i>Imobilizado de uso</i>		(659)	(66)
<i>Intangível</i>		(81)	-
Total dos ativos		20.182	12.593
Passivos		8.460	2.674
<i>Provisões</i>	6.a	1.366	3
<i>Obrigações fiscais correntes e diferidas</i>	6.a	2.653	456
<i>Outros passivos</i>	6.b	4.441	2.215
Patrimônio Líquido		11.722	9.919
<i>Capital social</i>	7.a	10.000	10.000
<i>De domiciliados no país</i>		10.000	9.970
<i>De domiciliados no exterior</i>		-	30
<i>Reservas de lucros</i>	7.b	1.830	-
<i>Outros resultados abrangentes</i>		(108)	(49)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>		(108)	(49)
<i>Lucros ou prejuízos acumulados</i>		-	(32)
Total dos passivos e patrimônio líquido		20.182	12.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2º Semestre	Exercício	
		2021	2021	2020
Receita de intermediação financeira		315	447	463
<i>Rendas com títulos e valores mobiliários</i>		315	447	463
Rendas de títulos de renda fixa		315	447	463
Resultado bruto de intermediação financeira		315	447	463
Outras receitas/(despesas) operacionais		4.538	3.554	(272)
Rendas de prestação de serviços	8	36.318	54.986	4.798
Despesas de pessoal	9	(23.365)	(37.390)	(3.492)
Outras despesas administrativas	10	(6.377)	(10.687)	(1.439)
Despesas tributárias	11	(1.868)	(2.841)	(275)
Outras receitas/(despesas) operacionais	12	(170)	(514)	136
Resultado operacional		4.853	4.001	191
Resultado não recorrente	13	(3)	(3)	(220)
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		4.850	3.998	(29)
Imposto de renda e contribuição social	14	(2.136)	(2.136)	(3)
Provisão para imposto de renda		(1.176)	(1.176)	(1)
Provisão para contribuição social		(960)	(960)	(2)
LUCRO/PREJUÍZO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		2.714	1.862	(32)
Número de Quotas		10.000	10.000	10.000
Resultado por Quotas (R\$)		0.27	0.19	0.00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
Resultado do exercício	2.714	1.862	(32)
Outros resultados abrangentes	(47)	(108)	(49)
Ajuste a valor de mercado de títulos	(47)	(108)	(49)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO	2.667	1.754	(81)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Ajustes Avaliação Patrimonial	TOTAL
		Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldo em 31/12/2019	10.000	-	-	-	-	10.000
Lucro ou Prejuízo do Exercício	-	-	-	(32)	-	(32)
<i>Destinação do Lucro Líquido:</i>						
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(49)	(49)
Saldo em 31/12/2020	10.000	-	-	(32)	(49)	9.919
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	-	-	-	(32)	(49)	(81)
Saldo em 31/12/2020	10.000	-	-	(32)	(49)	9.919
Lucro ou Prejuízo do Exercício	-	-	-	1.862	-	1.862
<i>Destinação do Lucro Líquido:</i>						
Reservas de Lucros	-	93	1.737	(1.830)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(59)	(59)
Saldo em 31/12/2021	10.000	93	1.737	-	(108)	11.722
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	-	93	1.737	32	(59)	1.803
Saldo em 30/06/2021	10.000	-	-	(884)	(110)	9.006
Lucro ou Prejuízo do Período	-	-	-	2.714	-	2.714
<i>Destinação do Lucro Líquido:</i>						
Reservas de Lucros	-	93	1.737	(1.830)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2	2
Saldo em 31/12/2021	10.000	93	1.737	-	(108)	11.722
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	-	93	1.737	884	2	2.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	2° Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	4.850	3.998	(29)
Ajustes para depreciação	363	674	66
Imposto corrente	(2.136)	(2.136)	(3)
Lucro ou Prejuízo Líquido Ajustado	3.077	2.536	34
<i>Variações patrimoniais em:</i>			
Instrumentos financeiros	(7.668)	(10.368)	2.836
Ativos fiscais correntes e diferidos	2	(8)	-
Outros ativos	140	2.355	(2.696)
Provisões	1.366	1.363	3
Obrigações fiscais correntes e diferidos	778	2.197	456
Outros passivos	2.256	2.226	2.197
Caixa gerado pelas (Utilizados nas) atividades operacionais	(49)	301	2.830
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(385)	(1.055)	(1.925)
Títulos e valores mobiliários carteira disponível para venda	2	(59)	(49)
Aquisição de imobilizado	(387)	(784)	(1.876)
Aquisição de bens intangíveis	-	(212)	-
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(434)	(754)	905
Caixa e equivalentes no início do exercício	-	905	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	(434)	151	905
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(434)	(754)	905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 2017, como parte da estratégia de expansão de seu portfólio de produtos e serviços financeiros e também com o objetivo de dinamizar o relacionamento com clientes e contrapartes já existentes no mercado físico de commodities, o grupo ED&F Man Capital Markets apresentou pleito de constituição e autorização para funcionamento de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em atendimento ao pleito realizado, em ofício datado em 09 de setembro de 2019 o Banco Central do Brasil emitiu parecer favorável à sua constituição e, posteriormente, em ofício datado em 03 de março de 2020, comunicou a constatação da compatibilidade da estrutura organizacional apresentada. Em 1º de abril de 2020, foi publicado em Diário Oficial a aprovação para funcionamento com capital social de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais).

Em 03 de novembro de 2020, conforme Contrato de Trespasse, a ED&F Man Brasil S/A. – CNPJ 35.829.068/0001-62, com sede na Rua Surubim, 577, 4º Andar, Conjuntos Comerciais 41 e 42 (parte), Cidade Monções, Cidade e Estado de São Paulo, Cep. 04571-050 alienou à ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – CNPJ. 35.470.647/0001-61, com sede na Avenida José de Souza Campos, 507, 9º Andar, Cambuí, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep. 13025-320, o complexo de ativos fixos, empregados e contas, dentre outros, todos referentes ao estabelecimento da ED&F Man Brasil S/A. Localizado na Avenida José de Souza Campos, 507, 9º Andar, Cambuí, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep. 13025-320, CNPJ. 35.829.068/0011-34. Extrato publicado no Diário Oficial Empresarial em 11 de novembro de 2020.

Em 26 de outubro de 2020 foi protocolado o Requerimento de Autorização para Alteração de Controle Societário por meio do Protocolo Digital sob Número Único de Protocolo 18600.067705/2020-65. Em 28 de julho de 2021, através do Ofício 16408/2021-BCB/GTSP1, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle da Sociedade, condicionada a efetivo fechamento da operação nos termos contratados. Em 1º de dezembro de 2021, foi publicado em Diário Oficial – Edição: 225 – a aprovação de Transferência do Controle Societário para Brent William De Jong, bem como a alteração da denominação social de ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 7º, da Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. Assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram homologadas pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis a **"HPGM DTVM"** está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de passivos e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações contábeis da entidade foram apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional), expressa em Reais, moeda funcional da **"HPGM DTVM"**. A taxa utilizada para conversão em moeda estrangeira é a taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço para operações à vista divulgada pelo BACEN. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração na data de 31 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado:

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários e relações interfinanceiras – centralização financeira, classificadas como de curto prazo e alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Estimativa contábeis:

Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação do valor de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para sua determinação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

d. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo:

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

e. Títulos e valores mobiliários (TVM):

Em 31 de dezembro de 2021, a “**HPGM DTVM**” possuía posições em Títulos Públicos Federais do Tesouro Nacional, cuja liquidez é diária e classificados como Títulos Disponíveis para Venda que não se enquadram como negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários. Os valores estão ajustados ao valor de mercado em atendimento à Circular nº 3.068/01. Em 31 de dezembro de 2021, a “**HPGM DTVM**” não possuía posições em derivativos.

f. Imobilizado e intangível:

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistemas de processamentos de dados e 10% a.a. para os demais itens. As benfeitorias em imóveis de terceiros são compostas por gastos com as construções e instalações que se incorporaram ao imóvel arrendado e se reverterão ao proprietário ao final da locação, sendo amortizado pelo prazo do contrato de locação. Os ativos intangíveis são compostos por ativos intangíveis.

g. Provisão para imposto de renda e contribuição social:

A provisão para o Imposto de Renda (IR) corrente, quando aplicável, é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 mil no ano.

A Lei nº 14.183/2021, de 14 de julho 2021, alterou temporariamente a alíquota de contribuição social aplicável às instituições financeiras, e no caso das DTVMs, a alíquota passou de 15% para 20% no período compreendido entre 15 de julho de 2021 (data de publicação no Diário Oficial da União) a 31 de dezembro de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota voltará a ser de 15%.

Não foram reconhecidos eventuais créditos sobre adições temporárias em função do não atendimento à Resolução CMN nº 4.842/2020.

h. Redução ao valor recuperável de ativos:

O imobilizado, os ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Provisões para despesas e encargos trabalhistas:

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do BCB.

j. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

As provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis ou obrigação legal, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

k. Resultado por ação:

O resultado por ação é apresentado nas demonstrações financeiras com o objetivo de demonstrar o valor que o lucro/prejuízo líquido representa em relação ao capital por eles investidos. O cálculo do valor é feito através da divisão do resultado líquido do período pelo capital integralizado.

l. Resultados não recorrentes:

A “**HPGM DTVM**” entende que toda transação que auferir receitas oriundas de suas atividades operacionais e que são recorrentes no dia-a-dia, bem como as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultado não recorrente, na avaliação da Administração, são aqueles atípicos, que não fazem parte da operação ou que não são comuns nas atividades organizacionais.

São considerados resultados não recorrentes:

Receitas e despesas não operacionais, que abrangem vendas ou perdas dos bens do imobilizado ou intangível;

Venda ou compra de carteira de crédito, ação essa que até o momento não ocorreu na Instituição;

Venda ou compra de ações em bolsas de valores, transação esta que até o momento não ocorreu na Instituição;

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na Circular n.º 3.429/10 do BACEN. Os valores contabilizados ou divulgados em notas explicativas são baseados nas melhores estimativas, inclusive na probabilidade de ocorrência ou não do tema em questão. Esses fatos e valores podem ser diferentes dos de fato ocorridos.

4. ATIVO CIRCULANTE

a. Caixa e equivalente de caixa:

Disponibilidades	2021	2020
Bancos – Conta movimentação	151	905
TOTAL	151	905

b. Instrumentos financeiros:

Títulos e valores mobiliários. Classificação e composição da carteira:

Títulos	Vencimento	Categoria	2021	2020
LFT 210100	01/09/2025	Disponível para venda	17.550	7.182
		Quantidade	1.572	672

Títulos disponíveis para venda - os quais são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado, e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido; tais títulos são utilizados em sua maioria na gestão do caixa da “**HPGM DTVM**”. Os ganhos e perdas dos títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

5. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a. Composição e movimentação:

Composição			2021	2020	
	Taxa Anual	Custo de Aquisição	Depreciações e amortizações acumuladas	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Imobilizado de uso		2.660	(659)	2.001	1.810
Bens móveis	10%	513	(144)	369	304
Outros – em curso	-	-	-	-	960
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	773	(199)	574	3
Equip. processamentos de dados	10%	57	(30)	27	45
Equip. de comunicação e segurança	10%	82	(20)	62	68
Outros Equipamentos	20%	1.211	(245)	966	412
Veículos	20%	24	(21)	3	18
Intangível		212	81	131	-
Licenças e direito de uso	20%	212	(81)	131	-
TOTAL		2.872	(740)	2.132	1.810

(*) Conforme o prazo de locação do imóvel.

Movimentação	2020			2021	
	Saldo Líquido	Aquisições	Baixas e transf.	Depreciações e amortizações	Saldo Líquido
Imobilizado de uso	1.810	798	(14)	(593)	2.001
Bens móveis	304	7	183	(125)	369
Outros – em curso	960	-	(960)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3	-	766	(195)	574
Equip. processamentos de dados	45	1	-	(19)	27
Equip. de comunicação e segurança	68	12	-	(18)	62
Outros Equipamentos	412	778	(3)	(221)	966
Veículos	18	-	-	(15)	3
Intangível	-	212	-	(81)	131
Licenças e direito de uso	-	212	-	81	131
TOTAL	1.810	1.010	(14)	(674)	2.132

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e não identificou a necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos

6. PASSIVOS

a. Provisões e obrigações fiscais correntes e diferidas:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. O montante de R\$ 4.019 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 459 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) refere-se à provisão de impostos e contribuições sobre os lucros; e impostos e contribuições a recolher.

b. Outros passivos:

	2021	2020
<i>Sociais e estatutárias</i>		
Gratificações e participações a pagar	1.897	-
<i>Diversas</i>		
Fornecedores nacionais a pagar	440	103
Provisões com despesas com pessoal	2.069	1.993
Credores diversos – país	35	119
TOTAL	4.441	2.215

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social:

Em ofício datado em 6 de abril de 2020, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração contratual, conforme deliberado em 12 de março de 2020 com a integralização de capital de 10 mil quotas no valor de R\$ 1.000,00 cada, totalmente integralizadas na data do balanço, distribuídos em 9.970 quotas domiciliados no país e 30 quotas no exterior totalizando o capital social de R\$ 10.000 mil. A integralização de capital foi originada pelo pleito de constituição e funcionamento da “**HPGM DTVM**”. Em 1º de dezembro de 2021, foi publicado em Diário Oficial – Edição: 225 – a aprovação de Transferência do Controle Societário para Brent William De Jong, bem como a alteração da denominação social de ED&F Man Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para **hEDGEpoint Global Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, e com a devida anuência do Banco Central do Brasil, o sócio **Holco Man Limited** cedeu e transferiu, a título oneroso, a totalidade das suas 30 quotas com o valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, assim, representando o valor nominal total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para o sócio **hEDGEpoint Participações Financeiras Ltda.** Como resultado da transferência, o

sócio **Holco Man Limited** se retirou da Sociedade. Tendo em vista a transferência acima deliberada, o sócio remanescente **hEDGEpoint Participações Financeiras Ltda.** permanecerá como sócio único da Sociedade, conforme permitido pela legislação aplicável. Assim, a Sociedade torna-se uma sociedade limitada unipessoal por prazo indeterminado, nos termos do art. 1.052, §1º e §2º, da Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Em razão do exposto, o capital social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalmente subscritas e integralmente detidas pelo sócio **hEDGEpoint Participações Financeiras Ltda.** A totalidade das quotas emitidas pela sociedade e subscritas encontram-se totalmente integralizadas nesta data, em moeda corrente nacional.

b. Reservas de lucros:

A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social.

A reserva estatutária será constituída pelo valor do lucro líquido subtraído da constituição de reserva legal no final do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reserva estatutária era R\$ 1.737 mil.

8. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 54.986 mil (R\$ 4.798 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) refere-se à receita de prestação de serviços com partes relacionadas; e à prestação de serviço de intermediação de operações financeiras a terceiros.

a. Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às praticadas pelos mercados vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações. Refere-se à receita de prestação de serviços com a **hEDGEpoint Switzerland Ltd.** no montante de R\$ 54.377 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.798 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

9. DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2021	2021	2020
Proventos	15.943	25.080	2.008
Benefícios	2.699	4.471	554
Encargos sociais	4.257	6.927	795
Outras	466	912	135
TOTAL	23.365	37.390	3.492

10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2021	2021	2020
Utilidades	37	57	6
Aluguéis	345	612	146
Condomínio e IPTU	119	246	7
Comunicações	167	410	111
Manutenção e conservação de bens	324	641	53
Processamento de dados	1.513	2.978	158
Seguros	648	667	36
Serviços do sistema financeiro	167	307	97
Serviços de terceiros	427	1.183	79
Serviços técnicos especializados	889	1.308	601
Depreciação e amortização	366	740	66
Viagens	253	275	3
Publicidade	738	738	-
Equipamentos de informática e materiais	194	305	1
Conferências e reuniões	86	96	-
Despesas bancárias	35	74	32
Assinaturas	29	40	1
Outras	40	10	42
TOTAL	6.377	10.687	1.439

11. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2021	2021	2020
Impostos sobre operações financeiras (IOF)	29	48	-
Impostos sobre serviços (ISS)	1.816	2.749	240
COFINS	20	38	30
PIS	3	6	5
TOTAL	1.868	2.841	275

12. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2021	2021	2020
Prejuízo com títulos de renda fixa	(33)	(33)	(12)
Outras	(56)	(68)	240
TOTAL	(89)	(101)	228

13. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da “HPGM DTVM” e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Apresentamos abaixo os resultados não recorrentes do exercício:

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2021	2021	2020
Prejuízo na alienação de valores e bens	(3)	(3)	(220)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre		Exercício		Exercício	
	2021		2021		2020	
Apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.850	4.850	3.998	3.998	(29)	(29)
Base de Cálculo	4.850	4.850	3.998	3.998	(29)	(29)
Adições/(Exclusões):						
Bônus de contratação	37	37	73	73	12	12
Bônus diretoria	117	117	117	117	-	-
Brindes	13	13	24	24	-	-
Despesas com provisões diversas	279	279	318	318	-	-
Despesas não dedutíveis	60	60	72	72	7	7
Doações não incentivadas	-	-	-	-	20	20
Prêmios a diretores e administradores	-	-	196	196	-	-
Lucro Real	5.356	5.356	4.798	4.798	10	10
Encargos de IRPJ & CSLL	(1.176)	(960)	(1.176)	(960)	(2)	(1)
TOTAL	(1.176)	960	(1.176)	(960)	(2)	(1)

A “**HPGM DTVM**” não efetuou registro de créditos tributários sobre adições temporárias por não atender a Resolução CMN nº 4.842/2020 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 em substituição a Resolução nº 3.059/2002.

15. COMPLIANCE E PLD/FT

A “**HPGM DTVM**” encontra-se consoante às práticas de governança corporativa e com o escopo de proteger a Instituição, vem disseminando a cultura de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, através de políticas e procedimentos, que visam assegurar um completo e eficaz conhecimento e monitoramento dos clientes e de suas operações. A presente política visa estabelecer critérios e medidas para: assegurar a conformidade com a legislação vigente (Lei nº 9.613/98 alterada pela Lei nº 12.683/12) e demais normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM); colaborar com as autoridades no combate ao crime organizado; e implementar em todos os níveis hierárquicos da “**HPGM DTVM**” procedimentos eficazes que visem à prevenção à lavagem, ocultação de bens, direitos e valores.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

GIR (Gestão Integrada de Riscos):

A Resolução CMN nº 4.557/17 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos integrada e estrutura de gestão de capital conforme segue:

a. Gestão de risco operacional:

O risco operacional se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluindo o sistema legal. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se as seguintes categorias: fraudes internas, fraudes externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela “**HPGM DTVM**”, situações que acarretem a interrupção das atividades da “**HPGM DTVM**”, e falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. A estrutura de gerenciamento de risco operacional da “**HPGM DTVM**” detém processos de identificação, avaliação, classificação, monitoramento e reporte de riscos alinhados com as expectativas regulatórias e melhores práticas do mercado, de modo a prestar, tempestivamente, a Diretoria Executiva uma visão holística dos riscos identificados, seu grau de exposição, a qualidade de seus controles, bem como supervisão de planos de mitigação e implementação de controles. O monitoramento do risco operacional é realizado por meio de gestão integrada de incidentes por meio de indicadores. Este monitoramento é suportado por relatórios gerenciais que têm o

objetivo de suprir os Gestores e a Diretoria Executiva com informações que sinalizem os aspectos qualitativos e quantitativos da exposição ao risco operacional.

b. Gestão de risco de mercado:

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco da variação das taxas de juros, preços de ações para instrumentos classificados na carteira de negociação e variação cambial e dos preços de commodities para os instrumentos classificados na carteira de negociação e bancária. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado implementada atua em linha com a estratégia e o modelo de negócios da “**HPGM DTVM**”, e é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição aos riscos, e com a importância sistêmica da “**HPGM DTVM**”. O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. Os limites operacionais serão definidos no Comitê de Risco de acordo com o apetite de risco definido pela Diretoria Executiva.

c. Gestão de risco de liquidez:

O risco de liquidez é a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados, garantindo que o nível de risco de liquidez esteja dentro do apetite aos riscos e dos limites operacionais estabelecidos. O gerenciamento de liquidez implementado atua em linha com a estratégia e o modelo de negócios da “**HPGM DTVM**”, e é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição aos riscos, e com a importância sistêmica da “**HPGM DTVM**”.

d. Gestão de risco de crédito:

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação e aos custos de recuperação. O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco de crédito e aos limites operacionais da “**HPGM DTVM**”. A estrutura de gerenciamento de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos, a relevância de exposição aos riscos, e com a importância sistêmica da “**HPGM DTVM**”. Na “**HPGM DTVM**”, as áreas de Análise de Crédito e Gerência de Risco, são completamente responsáveis por

manter o risco de crédito de contraparte dentro da estratégia e do apetite de riscos da carteira de títulos e valores mobiliários.

e. Risco socioambiental:

A Resolução nº 4.327/14 estabelece as diretrizes a serem seguidas na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. A “**HPGM DTVM**”, seguindo a regulamentação vigente, e de acordo com as melhores práticas de mercado atua com responsabilidade socioambiental direcionando esforços para colaborar com o desenvolvimento econômico e social do mercado brasileiro, considerando as necessidades específicas do seu negócio, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como os aspectos legais e regulamentares aplicáveis. A “**HPGM DTVM**” leva em consideração principalmente os princípios de relevância e proporcionalidade para estabelecer as suas diretrizes. Além desses princípios, busca observar uma postura ética e transparente nas relações com a comunidade em que atua, respeitando os direitos humanos e praticando o desenvolvimento sustentável.

f. Gestão de capital:

Em atendimento às exigências do Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 4.557/17 e 4.192/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e em aderência as melhores práticas do mercado, sobretudo aos conceitos definidos pelo Comitê da Basileia, a “**HPGM DTVM**” estabelece, por meio da Política de Gerenciamento de Capital, os princípios e diretrizes para o gerenciamento do capital da Instituição. O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição, sempre de forma compatível com o modelo de negócio com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos. O gerenciamento de capital é realizado de forma a manter um nível adequado de capital proporcionando condições para o alcance dos objetivos estratégicos da “**HPGM DTVM**”. O Patrimônio de Referência (PR) para o limite de Basileia do Conglomerado Prudencial para esta data base ficou em R\$ 11.591 mil. Em dezembro de 2020, o PR fechou em R\$ 9.919 mil. O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para esta data base ficou em 26,84%. Em dezembro de 2020, o Índice de Basileia fechou em 14,18%. O Índice de Imobilização do Conglomerado Prudencial para esta data base ficou em 17,26%. Em dezembro de 2020, o Índice de Imobilização fechou em 18,24%.

17. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis da “**HPGM DTVM**” não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do

auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

18. OUTROS ASSUNTOS: Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia em relação ao novo coronavírus (Covid-19). Em função desta declaração, viagens internacionais foram drasticamente reduzidas e a mobilização de pessoas reduzidas. A Administração da **“HPGM DTVM”** informa que adotou medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, suas operações. Após mais de 1 (um) ano vivenciando a situação de pandemia, com o avanço da vacinação e início da recuperação da economia, os resultados apresentados pela **“HPGM DTVM”** foram limitadamente impactados pela situação, principalmente em função dos volumes de atividades. Além disto, a **“HPGM DTVM”** incorreu em despesas adicionais em função das medidas para manter a empresa operacional, com os mesmos níveis de produtividade e segurança para os colaboradores. A **“HPGM DTVM”** mantém um acompanhamento contínuo e controle diário de suas operações e vem adotando todas as medidas preventivas como o sistema de home office, a restrição de viagens e limitação de participações em reuniões e eventos. Tais medidas se mostraram eficientes, evidenciando a plena capacidade da Instituição em manter suas atividades em concordância com as novas orientações e medidas, com os mesmos níveis de produtividade. O plano de retorno ao escritório em modelo híbrido está previsto para 2022 conforme a cobertura da vacinação e às particularidades de cada uma das áreas da Instituição, seguindo todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura de Campinas. Em 31 de dezembro de 2021, não identificamos fatos relevantes que remetam à uma situação de deterioração de nossas operações e/ou negócios, até o presente momento. Contudo, a **“HPGM DTVM”** seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos subsequentes ocorridos à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da **“HPGM DTVM”** ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros, incluindo eventos relacionados à pandemia do Covid-19 e eventos relacionados ao conflito e sanções na Ucrânia e Rússia.

20. OUVIDORIA

O canal de Ouvidoria está plenamente implementado, através de canal próprio de discagem direta gratuita (DDG) **0800-878-8408**.

SÉRGIO RAMOS LENHARO
Diretor Financeiro

MAINE KURATOMI NAKAGAWA
Contadora CRC – 1SP 296143/O-2

hEDGEpoint
GLOBAL MARKETS

